

ESTADO-NAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE NACIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL.

Liliane de Jesus Dias (UFS)¹

Vanilza da Costa Andrade (UFS)²

Gláucia Maria de Jesus Lima (UFS)³

Ana Rocha dos Santos (UFS - Orientadora)⁴

INTRODUÇÃO

Somos um Estado com uma nação criada a partir da necessidade de consolidar o poder estatal no Brasil. O processo de formação política brasileira a nação veio primeiro para legitimar a formação do Estado-nação brasileiro. Uma leitura de como se delineou a formação do Estado brasileiro, o chamado Estado-nação, que foi a implantação do Estado burguês nos apresenta tal afirmativa, sendo que foi a emergência do capitalismo que colocou em xeque “a construção simbólica de novos laços de coesão social legitimadores da forma estatal de dominação política” (MORAES, 1991, p.166), ou seja, construção de uma identidade pelo território nacional, o elemento garantidor da unidade necessária para formar uma nação. Assim, a necessidade de legitimar o Estado no Brasil imprimiu a formação da nacionalidade brasileira e é no contexto da leitura da dimensão espacial das relações de poder que inserimos o presente trabalho.

Neste contexto, o caminha junto com a consolidação do Estado nacional para um construto simbólico singular do que é ser brasileiro e o que é o Brasil, o discurso geográfico, e a ciência literária na consolidação do sentimento de pátria pelas riquezas

^{1,2,3} Acadêmicas do 7º período de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe Campus Prof. Alberto Carvalho.

⁴ Prof. Drª. do Núcleo de Geografia (NGCI) pela Universidade Federal de Sergipe Campus Prof. Alberto Carvalho.

naturais; e por um povo que representa uma sociedade sem contradições, divulgando a idéia de identidade do espaço nacional.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva entender a emergência da formação da nação brasileira atrelada à necessidade de consolidação do Estado, que para tal recorreu-se a construção da identidade nacional dada pelas mãos do Estado que encontrou alicerce no que há de singular na extensão territorial do país chamado Brasil, desconsiderando as contradições na/dá sociabilidade brasileira.

Sendo assim, compreendemos que há uma relação condicional entre a constituição da identidade nacional brasileira à própria legitimação e consolidação do Estado na moldagem do Estado-Nação, como também fazer uma análise do que significou o discurso geográfico, antes e pós sua institucionalização da Geografia no Brasil, e da ciência literária no processo de produção de um Brasil enquanto nação.

Para tal reflexão recorremos a leituras bibliográficas, principalmente geográficas, acerca da temática em torno da questão de entender a formação da identidade nacional baseada na formação do território, questionando os reais interesses do Estado sob a sociedade e o território, a favor da classe dominante. Refletindo assim a partir da categoria totalidade para desvelar a construção do processo de legitimação do Estado no Brasil.

A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE NO BRASIL

A forma de inserção do Brasil na economia mundo é produto da fase capitalista comercial refletindo na apropriação do território. Nesse processo há estreita relação entre a economia e a política, pois o capitalismo é politicamente orientado (BECKER, 2003).

Nascemos colônia no capitalismo mercantil. Assim fomos incorporados à lógica do capitalismo mundial de forma dependente e subordinada, da qual condição na Divisão

Internacional do Trabalho se sujeitamos, pois o capital necessita da submissão dos países periféricos para angariar matérias-primas baratas e mercado consumidor para seus produtos industrializados, como também a venda de escravos trazidos da África, desse modo a dependência do país para com as nações centrais agravando-se cada vez mais. É nesse contexto que se constrói a idéia de nação e de nacional como estratégia para inserção do país ao sistema do capital. Percebe-se então que a identidade nacional foi criada para subsidiar uma autonomia que não existiu, uma vez que a autonomia e submissão do país caminharam juntas no processo de formação político-econômico e territorial.

Antes, faz-se necessário ressaltar o que é ser um Estado-nação e como em alguns países, como no caso do Brasil, isso foi construído simbolicamente para sustentar uma apropriação do país, ou seja, era necessário consolidar um ideário nacional a partir da constituição do Estado, ou seja, os símbolos tornaram-se à base para a construção material. A formação nacional caracteriza-se por uso de elementos da nacionalidade como língua, etnia gerando o protonacionalismo² - o vínculo de sentimento entre o ‘nós’.

Há mudanças no significado de nação e de como se forma tendo assim dificuldade de definição. A idéia de nação remete ao contexto histórico do século XIX, ou seja, período de expansão territorial capitalista através de formação de Estados territoriais, como por exemplo, a formação do Estado- nação, pois ser nação era pertencer a um território. É válido ressaltar que antes do século XIX os elementos definidores de uma nação não tinham um sentido político. Sendo o Estado- nação uma forma de Estado de poder territorial dito moderno, na qual a nação é relacionada a esse Estado, chegando a essa condição, de tal modo que há uma integração entre esses dois elementos: nação e Estado. É

² Ler HOBSBAWM (2002) Cap. 2: O protonacionalismo Popular – escreve sobre como se constituiu o patriotismo nacional, analisando algumas de suas características em determinados contextos histórico-sociais a partir de exemplos, como também escreve sobre a língua e a etnia enquanto elementos definidores de nação.

no limiar dessa relação que está a produção/invenção de mitos e consciência de pertencimento à pátria que sustentem a nacionalidade. Segundo HOBSBAWM (2002) “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (p. 19)”. Nesse sentido, a instituição social que atua como empresa - o Estado, é que coloca em xeque a formação da nação.

O Brasil colônia era um empreendimento mercantil português e não um país na Divisão Territorial do Trabalho, uma vez que não tinha sua formação territorial consolidada. A busca por essa formação vai ser o sustentáculo e condição para a impressão de uma estrutura socioeconômica e política dessa forma de inserção à lógica mercadológica, em que a própria ocupação e povoamento da colônia obedeceram – os interesses capitalistas.

Neste contexto, a questão da identidade no período da monarquia forneceu a base para a construção e legitimação do Estado, onde o monarca era o elemento de nacionalidade. Posterior ao ‘entendimento/consentimento’ da população, que foi produzido dos símbolos de nacionalidade do país o conteúdo do discurso é para preservar as riquezas naturais contra uma apropriação internacional dessas, no entanto, segundo OLIVEIRA (2001) é o próprio Estado autoritário que se assume como planejador do processo de internacionalização, dando-lhe sustentação. Sendo assim, há uma mudança de forma de governo, no entanto têm-se os mesmos conteúdos, (re) colocando em pauta a questão da unidade nacional, ou seja, relação entre política e identidade.

A questão nacional no Brasil ideologicamente é colocada com o fim do colonialismo. Diante da emergência da independência política, a idéia de nação e do nacional é condição para manter a relação de dependência e subordinação do Brasil no sistema produtor de mercadorias, já que a consolidação de uma nação de maneira

ideológica proporciona um palco perfeito para que o Estado consiga dominar a pátria de acordo com os interesses políticos, ou seja, a Divisão Internacional do Trabalho continuara de modo que o país permanecera submisso aos países do Capitalismo central.

O Estado, no entanto através do nacionalismo apresenta o Brasil como um paraíso tropical e de heróis reforçando uma pacificidade natural para o país através de discursos políticos, isto acaba por conduzir uma ideologia na sociedade civil capaz de mascarar os reais interesses da política estatal que é dominar o território e seu povo.

Pelo exposto,

É recorrente no imaginário do brasileiro associar sua condição pátria pelo gigantismo do país e pelas belezas do território. O país tropical, livre de catástrofes naturais e formado por um povo amigável é motivo de orgulho e de discursos que reforçam a pacificidade natural do ser brasileiro (SANTOS, p. ?.)

À medida que o natural é exarcebado tem-se a negação, o velar do social, o uso da força e da violência na formação territorial e política do país. É nesse sentido que entendemos a emergência da constituição forjada da identidade nacional pautada em símbolos que enaltecia suas riquezas naturais.

O Brasil visto enquanto gigantismo da natureza e está relacionado a leitura/construção que os cronistas europeus fizeram desse país no período da colonização. Culto à natureza, à paisagem natural, ao índio e mitos que, apesar de mudança de discursos, levaram a expansão territorial pelo viés da ocupação e apropriação privada da terra, usando-se da violência, força e ideologias.

Há estreita relação entre símbolos da identidade nacional e a ciência geográfica no Brasil, sendo ela o hífen da relação formação territorial e identidade nacional. O próprio processo de institucionalização dessa ciência está atrelado à unificação e afirmação de Estados Nacionais Europeus, principalmente o Alemão.

Considerando o próprio caminhar teórico-metodológico da ciência geográfica, sabe-se que essa teve papel no contexto da formação nacional, no entanto se deve ressaltar que era um saber pragmático produzido, principalmente nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, pela estrutura do Estado, como por exemplo órgãos como o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e mesmo a geografia escolar, naturalizando e assegurando a nacionalidade brasileira. Nesse contexto, é forte a presença do conhecimento geográfico, de caráter determinista que justifica ação do Estado, “nos momentos de ordenamento ou reordenamento das esferas de dominação estatal, necessariamente momentos de dificuldade na afirmação das identidades (MORAES, 1991, p. 167-168)”. É nessa conjuntura que a geografia é institucionalizada no Brasil, somente posterior a sua prática ideológica de afirmação da nacionalidade.

O conteúdo do projeto nacional nas distintas formas de governo, (monarquia e república) deve-se ressaltar das elites, em países de capitalismo tardio há segundo MORAES (1991) “centralidade da dimensão espacial na armação de sua sociabilidade (p. 168)”, logo a população era vista como um atributo de lugares e instrumento nesse processo, igualizando suas necessidades com as das elites e diluindo os conflitos de classe.

Na colônia cria-se o mito que no império transforma-se em realidade. Entre mito (símbolo) e realidade (material)

Daí o império ter representado um importante papel no sentido de garantir que a transição fosse, de fato, continuidade, entre o que antes havia e aquilo que passou a existir depois. Por essa razão, o império consolidou o projeto nacional e o fez por intermédio dos mesmos artifícios (SOUZA NETO, 2000).

Deste modo, é perceptível entender que o próprio processo de independência do país foi criado/dado envolvendo interesses exteriores, no qual tinha por finalidade minimizava e

mesmo por anular a autonomia política e econômica do Brasil, já que era interessante para os países centrais uma nação com pouco poder político na esfera mundial de poder, isto provocaria o (re) inserindo-o de forma subordinada e dependente. Sendo assim tem-se a constituição do Império justamente para manter o país sob o jugo do sistema capitalista, significando que a unidade política, dada pela identidade territorial alimenta esse processo.

Segundo, Schwarcz (2003) o Segundo Império é pautado em dois elementos definidores da nacionalidade: a realeza como centro de civilização, a natureza territorial com suas gêneses e frutas como base natural desse mesmo Estado.

Neste sentido, o romantismo literário ufanista é de cunho nacionalista (consolida-se do período da Independência até 1930), pois a independência pôs em xeque a necessidade de ícones constituidores de identidade nacional, assim símbolos que representassem o país (índio e natureza) desenvolveu-se entre o marco do processo de Independência à Proclamação da República, pois este garantiu simbolicamente a personalidade do Estado brasileiro, na medida em que o “romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, como também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo e ao desejo de independência” (ibid, 2003).

Percebe-se, então que a Literatura teve papel chave na construção e ao mesmo tempo no fortalecimento do poder estatal sobre a sociedade, já que esta apresentou informações/subsídios da originalidade brasileira a partir de uma glorificação do indígena e das belezas naturais, criando uma ideologia de que tudo que constituía a sociedade brasileira era caracterizado por coisas unas onde prevalecia a igualdade em termos nacionais.

No construto simbólico do que é ser brasileiro, a literatura e as artes foram ícones na formação do ideário nacional do Brasil, pois está vinculada ao Estado capitalista

brasileiro, deixando um legado de valorização do índio, exaltação de belezas naturais, criação de mitos e heróis nacionais o que contribuiu para a construção de uma identidade nacional, na qual o negro e as contradições sociais foram “esquecidos” nos escritos dos estudiosos da literatura.

Segundo HOBSBAWM (2002), há três critérios para um povo tornar-se nação, o primeiro afirma que o povo tinha que ter alguma relação histórica com um Estado já consolidado; o segundo critério discorre sobre a necessidade de um povo ter a capacidade de conquistar outros; o terceiro é “dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (P. 49).

Deste modo, a idéia de nação brasileira propagada pelos intelectuais e estudiosos da literatura brasileira do século XIX, forjou uma nacionalidade, sobretudo com a ideologia de que era necessário entender e construir o Brasil a partir da concepção européia, ou seja, era necessário edificar um sentimento de nacionalidade ligada a imitação de experiências da Europa. Os intelectuais da literatura entenderam o Brasil numa perspectiva determinista, ou seja, o Estado através da exaltação do indígena, das belezas naturais, e de heróis formava um imaginário de tudo no Brasil surgiu de forma natural, buscando a partir deste imaginário a construção de um país pelo nacionalismo, ou seja, a nação brasileira não foi criada naturalmente, mas forjada pela classe dominante, onde era necessário um sentimento nacionalista que ideologicamente uniria a população em massa na busca da materialização de um interesse do bem comum.

A concretização da nacionalidade no Brasil proporcionada pelo sentimento surgido antes da Independência. Segundo Franco (1975, apud LIPPI), o Brasil antes de ser Estado transformou-se em Nação. Esta foi possibilitada pela definição do território, pela mentalidade luso-brasileira, pois havia nessa época uma grande influência européia nos

pensamentos de quem aqui vivia, como também pelo sentimento de independência, uma vez que esse país ainda era dominado pelos europeus. Nesse contexto que surgiu o sentimento de união entre as pessoas, sentimento esse que foi muito importante na compreensão e na construção do Brasil.

A questão da nacionalidade sempre foi uma questão no Brasil, através dela surge à noção de identidade que nada mais é do que um universo cultural (re) conhecido e que há reciprocidade, isto é, o (re) conhecimento de valores semelhantes. Para que a mesma pudesse de fato se consolidar, foi feito o uso da literatura, pois já que esta era composta pela elite carioca, principalmente, podendo assim difundir seus pensamentos sem maiores problemas. Com isso, as marcas da difusão do sentimento pela nação eram encontradas no modernismo, que surgia como unidade própria, ou seja, defendia a universalização em oposição ao romantismo que defende a singularidade, exalta as originalidades locais e para isso usa a figura do índio como símbolo da nacionalidade.

A unidade nacional foi dialética em seu processo de formação em todos os momentos, deu-se pelo viés dos interesses das elites, sendo assim identidade nacional sendo afirmada e negando os interesses das oligarquias locais e regionais. Elites regionais que tinham seus interesses claros, o de velar as contradições de uma sociedade escravocrata recorrendo à construção de símbolos e mitos que sustentassem seus propósitos.

Sobre a produção de uma identidade nacional para posteriormente ser usado para sustentar a apropriação do país envolvendo interesses econômicos, tomemos como exemplo, o período do pós-guerra tem-se outro nacionalismo – o desenvolvimentista, que embasava a política do desenvolvimento nacional, políticas territoriais que são, ainda hoje, justificadas ‘em nome dos interesses internos’.

Nesse contexto de relação entre a necessidade de uso da identidade nacional para a ocupação e apropriação do território OLIVEIRA³ (2001) nos escreve sobre um momento desse processo histórico pautado em interesses externos, no qual o Estado-nação brasileiro utilizou-se também de discursos nacionalistas no pós segunda guerra com a gestação da doutrina da fronteira ideológica no seio do governo norte-americano que a internacionalização dos recursos naturais via controle e exploração pelos grupos econômicos nacionais e internacionais acelera-se dada pelos governos militares e não militares através de acordos e planos de desenvolvimento nacional e regional que atuaram como estratégias de legalização do saque às riquezas naturais, aliando-se neste processo burguesia nacional testa de ferro, grupos estrangeiros e Estado – o tripé da “entregação” ao capital estrangeiro, na qual se camufla a aliança capital nacional/internacional e o Estado autoritário soldava os aparentes interesses contraditórios nesta.

É no bojo da estratégia de dominação do país que representava a fronteira ideológica que os EUA envolve-se na política interna do país. De dentro do Estado autoritário atuou a burguesia nacional “testa de ferro” a favor dos interesses de grupos estrangeiros, dando a conotação de aparência nacionalista na criação de planos e órgãos para se pensar o desenvolvimento para o país e para a Amazônia.

O processo de internacionalização da Amazônia de aparência nacionalista foi arquitetado sem o conhecimento dos trabalhadores (apenas através das informações de cunho ideológico da mídia), negando seus interesses e necessidades para a simples reprodução e sobrevivência ora quando a terra é apropriada pelo capital estrangeiro dada pelas mãos do Estado e burguesia nacional testa de ferro e quando é reprimido seu

³ O autor teve por objetivo desvelar os reais interesses das políticas territoriais para integração e desenvolvimento da Amazônia propostas e implementadas pelo Estado autoritário, que juntamente com a burguesia nacional e grupos estrangeiros imprimiram a internacionalização da Amazônia calcada no pseudo nacionalismo, onde o lema integrar para não entregar, significou a internacionalização da Amazônia.

movimento pela reforma agrária. Neste contexto tem-se a contra-reforma agrária. Na qual o PIN, PROTERRA, INCRA, IBRA, INDA e Estatuto da Terra constituíram-se em mais uma estratégia geopolítica financiada pelo Estado – entre tantas outras, para ocupação e exploração da Amazônia de falso nacionalismo, que visavam os interesses dos trabalhadores (a reforma agrária), no fundo é uma estratégia onde a integração e a apropriação da terra (condição para o acesso aos recursos naturais) são falsamente colocadas como solução para combater os projetos de internacionalização da Amazônia e fazer a reforma agrária do país, incentivando a migração no país.

Neste contexto, o Estado-nação brasileiro controla diretamente os recursos econômicos, políticos e consequentemente a sociedade civil, pois o que se percebe é um controle ideológico através do patrimonialismo, no qual as massa populares são cada vez mais alienadas com o intuito de fortalecer e construir uma nação vinculada a uma idéia de formar um país moderno, como também a imagem de nação para defesa nacional, ou seja, o controle político ditará a conduta e a ação da sociedade civil brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a nacionalidade vem sendo (re) construída, fazendo-se necessário, também, uma reinterpretação e desconstrução desse processo que envolve interesses de classe, para que não naturalizemos o que é ideologicamente construído. Segundo MORAES (2005) estudos já apontam tal desvendamento do que ele chamou de

Capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra. Da construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade (p. 96).

A questão nacional perpassava pelo lema de conquistar e ocupar o país de formação territorial inacabada, para isso o Estado recorre à formulação de políticas territoriais que atuaram legitimando tal apropriação.

Com o avanço da ideologia neoliberal a questão nacional e o construto de nações vêm sendo colocados em alguns debates enquanto suprimidos. Cabe questionar até que ponto a identidade nacional e o território são postos de lado em tempos de globalização. Cabendo ressaltar, que se trata de projetos nacionais social e historicamente produzidos dentro de contextos e interesses bem definidos, ganhando assim novos conteúdos e novas roupagens. Isso nos remete à tese/ideologia sobre o “fim dos Estados” e do “fim das fronteiras”.

A própria formação territorial do país envolvendo a criação de órgãos e planos que são falsamente colocados em nome do desenvolvimento nacional nos traz uma questão: como não pensar o papel chave e único do Estado a favor dos interesses do capital e da classe burguesa, dando sustentação à exacerbação do lucro – a condição para reprodução destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha K. **Brasil: uma Potência Regional na Economia Mundo**. 4. ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos Desde 1780**. 3^a Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e Identidade na Formação Brasileira**. In: Ideologias geográficas. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005, p. 93-108.
- _____. **Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais no Brasil**. In: Território e história no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 112-131.
- _____. **Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil**. Estudos Históricos(História e Natureza), ed. da Rend. Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, p. 166-176, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia.** 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. __ (série educando)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Desde quando somos uma nação?** A questão nacional na primeira República. São Paulo: Brasiliense, p.67-94, 1990.

SANTOS, Ana Rocha. **O Estado-nação brasileiro:** construção e inserção no processo de acumulação do capital.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado.** In: _____. A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 349-389.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil. **Terra Livre.** São Paulo, n. 15, p. 9 – 20, 2000.